



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

# COVILHÃ

ACTA N.º 03/2014

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE JULHO DE 2014

INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS E 45 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>04</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>09</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>20</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>21</b>

**ACTA N.º 03/2014**

**ABERTURA**

Aos sete dias do mês de Julho de dois mil e catorze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;

**2.2** - Regulamento e Tabelas de Taxas;

**2.3** - Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias:  
Barco e Coutada; Covilhã e Canhoso; Cantar Galo e Vila do Carvalho;  
Orjais; Paul; Peraboa; Tortosendo; Unhais da Serra; S. Jorge da Beira e  
Aldeia de S. Francisco de Assis;

**2.4** - Adesão ao CIEBI – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior –  
BIC da Beira Interior;

**2.5** - Regimento Interno da Assembleia Municipal.

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhor Dr. José Armando Serra dos Reis e Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, Eng.º João Carvalho, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, José Augusto Martins Santos, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Francisco Bernardo Simão (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Enf.º Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

**PRESENCAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Carlos do Carmo Martins, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.

**ORDEM DE TRABALHOS**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.º 01/2014 E N.º 02/2014  
DE 28 DE FEVEREIRO E 28 DE ABRIL**

--- Submetidas as actas, previamente enviadas a todos os Membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. Colocadas à votação, foram as mesmas **aprovadas por maioria com 39 votos a favor e 2 abstenções** (na Acta n.º 01 abstiveram-se: o Senhor Dr. Jorge Fael e o Senhor Eng.º José Miguel Oliveira e na n.º 02 a Senhora Dra. Mónica Ramôa e o Senhor Dr. Jorge Fael). -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Comissão de Revisão ao Regimento concluiu os trabalhos e consta do ponto 2.5 da Ordem de trabalhos a sua apresentação. -----

**EXPEDIENTE**

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta entregue ao Governo, pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre a aplicação da Portaria n.º 82/2014 no Centro Hospitalar da Cova da Beira;
- Ofício n.º 1554 da Assembleia Municipal de Seia a remeter cópia da Moção - Pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter cópia do Requerimento sobre Listagem de Escolas com obras suspensas e projectos da Empresa Parque Escolar EPE apresentado, pelas Senhoras Deputadas Rita Rato e Paula Baptista, na Assembleia da República;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter cópia do Requerimento que apresentou para a apreciação Parlamentar do Decreto-Lei n.º 53/2014;

- E-mail do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a recepção do Voto de Protesto ao Governo;
- Ofício n.º 478 do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a recepção do Voto de Protesto ao Governo;
- Ofício n.º 30 da União das Freguesias Peso e Vales do Rio a solicitar ajuda para defesa das Escolas existentes no Interior, remete Abaixo-Assinado em defesa da Escola EB 1 de Vales do Rio, Manifesto dos Pais e Encarregados de Educação e Parecer das Professoras de Vales do Rio;
- E-mail do Movimento Povo Ourondo Relvas a dar conhecimento que a mesa para presidir ao acto eleitoral "Parlamento Europeu" ainda não está constituída;
- Ofício n.º 533 do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a acusar a recepção do Voto de Protesto;
- Ofício n.º 2184 do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a recepção do Voto de Protesto;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção do Voto de Protesto;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Resolução n.º 1059/XII-3.<sup>a</sup>, reposição do horário normal das 35 horas, que entregou na Assembleia da República;
- Ofício n.º 222 da Ordem dos Advogados a acusar a recepção do Voto de Protesto;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta entregue ao Governo, pela Deputada Paula Santos, sobre o "Eventual Encerramento da Escola Básica do 1.º Ciclo de Vales do Rio";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Lei (alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e Revogação dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso) que entregou na Assembleia da República;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta entregue ao Governo, pela Deputada Paula Santos, sobre o "Eventual Encerramento da Escola Básica do 1.º Ciclo da Erada";
- FAX do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a acusar a recepção do Voto de Protesto;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Lei em que "Recusa a privatização da Empresa Geral de Fomento SA (EGF) e revoga o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Março";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto de Lei n.º 624/XII/3.º que visa impedir o encerramento de serviços públicos;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter o Projecto de Resolução n.º 1083/XII/3<sup>a</sup> "Sobre o erro que constitui a privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF) ";
- Ofício n.º 73 da Assembleia Municipal da Guarda a remeter a Moção "Revogação imediata da Portaria n.º 82/2014 – Classificação dos Hospitais do SNS".

### INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Jorge Fael apresentou uma “Saudação à Greve dos Médicos – Em defesa dos Utentes e do Serviço Nacional de Saúde” (**doc.01**). -----

--- Colocada a **Saudação** à votação foi a mesma **aprovada por maioria, com 37 votos a favor (PS, Acreditar e CDU) e 4 abstenções (Acreditar e PSD)**. -----

--- O Senhor Prof. Doutor Joel Rodrigues apresentou uma Proposta de Recomendação à Câmara para a criação de um “Gabinete de Apoio a Projectos e atracção de investimento para o Concelho” (**doc.02**). -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais fez uma Declaração Política referindo “o grande desafogo financeiro existente, que permite fazer mais de 60 mil contos de contratação de pessoal” (**doc.03**). -----

--- O Senhor Francisco Moreira fez uma Declaração Política referindo a posição pública tomada pela Comissão Política do PSD sobre o encerramento de escolas (**doc.04**). -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa apresentou uma Moção “Contra o encerramento das escolas do primeiro ciclo no Concelho da Covilhã” (**doc.05**). -----

--- Colocada a **Moção** à votação foi a mesma **aprovada por maioria, com 40 votos a favor (PS, Acreditar, PSD e CDU) e 1 abstenção (Acreditar)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- O Senhor Enf.º Augusto Macedo (Ferro): “eu queria fazer um esclarecimento quanto à minha abstenção. É que eu não fiquei a saber quantos alunos tinham essas duas Escolas. E, no meu ponto de vista devíamos, também, por do lado das crianças. Uma Escola que tem cinco alunos, como eu sei que acontece, é muito complicado um professor (que eu acho que são super professores) estar com um ano, dois, três e às vezes quatro. Temos que nos por, também, na parte das crianças. Essa é a minha opinião. Eu tenho três filhos e não punha um filho meu numa Escola dessas. Peço desculpa, mas eu penso assim”. -----

- A Senhora Dra. Mónica Ramôa retomou a palavra e apresentou uma Recomendação à Câmara “Em defesa do Serviço Público – Infantários Bolinha de Neve e o Meu Cantinho” (**doc.06**). -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia fez uma intervenção referindo que “a indefinição de objectivos na área da saúde pode ser indutora de preocupantes consequências futuras” pelo que propôs a criação de uma “Comissão ad hoc para levantamento, diagnóstico da situação e planeamento de acção política de sensibilização” (**doc.07**). -----

--- Colocada a **Proposta de Criação de uma Comissão ad hoc** à votação foi a mesma **aprovada por maioria, com 35 votos a favor (PS, PSD e CDU) e 6 abstenções (Acreditar)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): “Eu absteve-me porque não estava presente na Sessão nem sei para o que era essa dita Comissão”. -----

- O Senhor Prof. Doutor João Correia retomou a palavra e apresentou uma Recomendação para que a Câmara e a Assembleia Municipal reúnam com o Conselho Geral e o Reitor da UBI no sentido de auscultarem as prioridades de actuação que reforcem o papel da Universidade da Beira Interior (**doc.08**). -----

--- O Senhor Eng.º Nuno Serra propôs um Voto de Congratulação – Eleições PSD Covilhã (**doc.09**). -----

--- Colocado o **Voto de Congratulação** à votação foi o mesmo **aprovado por maioria, com 29 votos a favor (PS e PSD), 7 votos contra (Acreditar) e 5 abstenções (PS e CDU)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- O Senhor Prof. Reis Silva: “Não é hábito o aparecimento de votos de congratulação pelo funcionamento interno dos partidos. Há sempre o respeito, enfim, aquilo que se passa dentro dos partidos é dos partidos. Nós ficámos a saber e entendemos que é positivo para o PSD que tenha feito a eleição da sua Comissão Política para dirigir e orientar o Partido no Concelho da Covilhã. Portanto, é evidente que o nosso voto, a nossa abstenção, vai no sentido do respeito pela vida interna dos Partidos.” -----

- O Senhor Eng.º Nuno Serra retomou a palavra e fez um Declaração Política referindo as declarações proferidas pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde e assumidas pelo Ministério de que “não há nenhuma quebra de serviços hospitalares” e que “nenhum bloco de partos vai fechar” (**doc.10**). -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão fez uma intervenção sobre o encerramento das *Escolas* (**doc.11**); propôs a aprovação de uma Recomendação à Câmara para iniciar os procedimentos de revisão da Carta Educativa Municipal (**doc.12**); propôs, também, a constituição de uma Comissão de Acompanhamento dos Assuntos da Educação no Concelho da Covilhã (**doc.13**). -----

- O Senhor Dr. Paulo Tourais referiu que a Câmara anterior não criou os Centros Educativos por entender que não se devia negociar o fecho de nenhuma Escola. “E, isso aconteceu! Nenhuma Escola Primária fechou, no Concelho da Covilhã, na Câmara anterior. E, na gestão actual vão fechar duas!” -----

- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que podem aprovar a Recomendação e a Constituição de mais uma Comissão, mas pensa que não irá ter qualquer eficácia se o Conselho Municipal de Educação não estiver a funcionar. Pelo que entende que deve ser recomendado à Câmara que, o mais rápido possível, constitua o Conselho Municipal de Educação.

“O Conselho Municipal de Educação é um órgão consultivo, mas desempenha um papel, neste aspecto, fundamental”. -----

- O Senhor Dr. Paulo Tourais disse concordar, na plenitude, com as palavras do Senhor Prof. Reis Silva. “É que o Conselho Municipal de Educação é um instrumento importantíssimo”. -----

- O Senhor Francisco Moreira disse: “Da nossa parte também vamos nesta linha. Entendemos que o Conselho Municipal de Educação é o órgão próprio para a discussão de toda esta problemática que tem a ver com a educação e ensino.” -----

--- Colocadas à votação as propostas - **Recomendação e Constituição da Comissão** – foram as mesmas **aprovadas por unanimidade**. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva fez uma intervenção referindo que “o Estado tem a responsabilidade e o dever de prestar serviços públicos e de garantir as funções sociais, de qualidade e próximos das pessoas” (**doc.14**). -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse: “No passado dia 29 de Setembro os Covilhanenses foram chamados às urnas e elegeram novos protagonistas para a frente da sua Câmara Municipal. Disseram basta a uma forma de fazer política, a uma forma de estar na política. E, forma essa que tem que ser, de uma vez por todas, condenada e não pode passar incólume nestes fóruns, como seja o caso da Assembleia Municipal.

Existem protagonistas que, alicerçados no revanchismo e talvez padecendo daquela maleita de síndrome de perda de poder, vêm para aqui baralhar, tentar levantar suspeição, relativamente a processos que decorrem em bases públicas com justificações. Portanto, à partida bem definidas e nesse sentido acho que, Senhor Presidente, é necessário de uma vez por todas acabar com esta suspeição selectiva que alguns Membros desta Assembleia, repetidamente, vêm aqui colocar em cima da sua gestão e do seu Executivo. É preciso esclarecer cabalmente os Covilhanenses, não com conjecturas, não com processos de intenções, mas com factos e com números, porque os Covilhanenses assim o exigem e o Senhor Presidente tem que corresponder a essa mesma exigência.

Não podemos aqui admitir apelos para esclarecimentos selectivos, que vêm aqui falar da contratação de pessoal deste Executivo, mas que não trazem nenhuma relação com aquilo que foram os últimos quatro, oito, doze, dezasseis anos de governação na qual eles fizeram parte.

É importante dizer aqui que essa lembrança selectiva não vem aqui, a este púlpito, indagar junto do Executivo Municipal como é que é possível a Câmara ter sido condenada ao pagamento de um milhão e seiscentos mil euros pela expropriação do Parque de S. Miguel (coisa que, ao que se sabe e que gostaria que o Senhor Presidente também esclarecesse, podia ter sido resolvida na altura por trezentos mil).

Estamos aqui a falar de um milhão e duzentos mil que vai sair do bolso dos Covilhanenses, uma expropriação por uma forma de fazer política.

A devolução das verbas do E. Leclerc, setecentos mil euros. É ou não verdade, Senhor Presidente, que a Câmara tem que devolver ao E. Leclerc setecentos mil euros? Para não falar dos setecentos mil euros de fundos comunitários e se somarmos isto tudo já aqui temos três milhões e estamos preocupados com trezentos mil de contratação de pessoal que eu já agora também quero que o Senhor Presidente esclareça, porque também fiquei com dúvidas e é importante que isso seja esclarecido para que não fiquem réstias de dúvidas na cabeça dos Senhores Deputados e na cabeça dos Covilhanenses relativamente à gestão que Vossa Excelência tem feito à frente dos destinos da Covilhã. Termino referindo também outro processo (que também podia ter vindo aqui a público) que é o processo da Barragem. Eu, quando falo da Barragem vem-me à memória a D. Isilda Barata, a saudosa D. Isilda Barata, que todas as Assembleias perguntava, ao anterior Presidente: Senhor Presidente para quando a Barragem das Cortes? Para quando a Barragem das Penhas da Saúde? E o Senhor Presidente lá ia empurrando com a barriga, ora uma vez era a culpa do Governo Socialista, ora uma vez era a culpa do Senhor Proprietário. A verdade é que muita inépcia houve, por parte do anterior Executivo, no processo da Barragem. E, é importante enaltecer o trabalho deste Executivo e da Administração da ICOVI que, perante um facto inegável de cancelamento por parte do POVT, relativamente à Barragem, tiveram a capacidade de rapidamente reagir e reprogramar esse mesmo empreendimento. Fazendo com que, neste momento, a Covilhã ainda esteja com possibilidades de ter pela frente as adutoras, e os quilómetros de condutas, e os reservatórios, num valor de onze milhões de euros, projecto esse que se for para a frente de certeza absoluta que irá condicionar a futura Barragem. Portanto, Senhor Presidente o apelo que lhe deixo é que, de uma vez por todas, venha esclarecer esta suspeição que paulatinamente vêm aqui alguns Senhores Deputados dizer a esta câmara.” -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que a Informação Escrita lhes suscita sempre algumas dúvidas e solicitou esclarecimentos:

- Loja do Zé André - no anterior Executivo o Senhor Presidente da Câmara, enquanto Vereador, esteve frontalmente contra este modelo de negócio. Agora, vem a propor um negócio, na prática, muito semelhante;

- O Senhor Presidente da Câmara diz que tem dificuldades, mas depois vamos aqui arrendar o espaço do BCP, para termos o Montalto, revivermos o Montalto. Existem outras prioridades que vão mais longe do que, de facto, estarmos aqui com este arrendamento, também ele a penalizar as finanças do Concelho;

- Irregularidades quanto à aprovação de obras na Câmara Municipal, notícia do Público de 20.06.2014, onde os proprietários são pessoas de algum peso mediático e conhecidas hoje, não pelos melhores motivos;

- Parque de S. Miguel no Tortosendo - há uma declaração da DGAL n.º 89/2014, de 27 de Maio, que fala em reversão da parcela expropriada, será que estamos aqui perante uma situação parecida? Não há notícia de que esteja concluído o processo do Parque de S. Miguel e, portanto, todo esse processo de indemnização. Será mais uma daquelas situações em que alguém empurrou com a barriga para a frente e quem vem a seguir que pague?

- Acção Social Escolar - esta Câmara, neste ano, só continuou aquilo que durante dez anos a Câmara com Carlos Pinto fez e que o PSD fez, foi pura e simplesmente não cumprir a Lei. Há onze, doze anos que as crianças do escalão I e do escalão II da Segurança Social não têm qualquer apoio da Câmara Municipal e material escolar, enfim, de vez em quando uma visita de estudo e não é a todas as Escolas. Espero que no próximo ano funcione e a Câmara Municipal implemente e cumpra com aquilo que é o seu dever e são as suas competências;

- Conselho Municipal de Educação (ainda há pouco falámos) - Se queremos reflectir sobre a rede escolar e sobre a reorganização da rede escolar, analisar as tendências demográficas, a frequência das escolas, o Conselho Municipal de Educação tem que funcionar. Porque, aí é que se faz a articulação entre as escolas, entre as várias Instituições, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. E o Conselho Municipal de Educação não funciona, não existe, ou melhor existiu, mas deixou de existir, porque os seus titulares deixaram de o ser, com a eleição dos novos e a composição dos novos órgãos. Aliás, o seu regimento de funcionamento deve indicar que tem a duração do mandato autárquico;

- Conselho Municipal da Juventude tão reivindicado, nesta Assembleia, pelos Jovens Eleitos e, lembro-me essencialmente do Partido Socialista, defenderam e exigiram a constituição, a formação do Conselho Municipal de Juventude. Agora, estando no poder Autárquico, penso que será de concretizar esse objectivo;

- A factura da água - disse o Senhor Presidente da Câmara que era lá para a Primavera. A Primavera já passou e a factura continua a ter as mesmas rubricas e os mesmos valores;

- Uma última questão: está-se a aproximar o Verão, o que é que foi feito ao nível da prevenção, estou a falar da Protecção Civil e estou a falar dos incêndios florestais. O que é que foi feito, por esta Câmara, para preparar a época que se aproxima? -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco disse: "Os Vereadores do Movimento Acreditar Covilhã apresentaram uma proposta de reposição da legalidade da isenção de taxas, para as Associações, que foi aprovada por unanimidade, bem como a devolução dos montantes, que lhes foram abusiva e indevidamente, cobrados desde o início do ano até aquela data. Ao que parece, esta era a única Câmara que vinha a penalizar as Associações do Concelho com a cobrança de taxas pela realização de eventos, que a Cidade e o Concelho mais que nunca necessitam.

E, é nessa medida, precisamente, que eu gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara relativamente a quando é que serão repostas, ou devolvidas essas verbas, de forma a que as Associações, o mais rapidamente possível, possam recuperar esse montante?” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael colocou questões:

- Águas da Covilhã - houve uma alteração accionista, ou pelo menos vai haver, já foi a Câmara contactada pelos novos accionistas?

- RESIESTRELA - é público que a RESIESTRELA tem vindo a reduzir a tarifa que é cobrada aos Municípios. A Câmara já equacionou, ou pretende equacionar, fazer repercutir na factura esta diminuição dos preços que a RESIESTRELA está a praticar aos Municípios?

- A Assembleia de Freguesia da Covilhã Canhoso aprovou uma Recomendação, à Câmara, baseada numa reclamação de utentes dos transportes públicos, que utilizam o circuito até à Quinta das Rosas. Deixava aqui o alerta, ao Senhor Presidente, quando essa Recomendação chegar para ter a maior atenção possível;

- Jardim Público da Covilhã - é muito pouco iluminado e isso trás um conjunto de problemas. Para quando uma requalificação daquele espaço, nomeadamente no plano da iluminação pública? -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais solicitou esclarecimentos:

- Apoio à ADE – Fiquei com a ideia, através daquilo que li na imprensa, que a Câmara Municipal ia apoiar a ADE em quatro mil euros mensais, mas verifico que afinal a Câmara, para o ano de 2014, atribuiu um subsídio de quatro mil euros de Julho até Dezembro, gostaria que me esclarecesse, se o Senhor se tinha comprometido com quatro mil euros por mês ou por dois mil;

- CONSTROPE – Reconheço que os Senhores deram resposta ao Requerimento, que o Movimento Acreditar Covilhã efectuou, sobre a deliberação de liquidar à empresa os 90 mil euros de compensação, portanto à CONSTROPE. O Senhor afirma que, a Câmara não deliberou voluntariamente pagar a compensação, não correspondeu a um acto voluntário da Câmara Municipal. Mas, permita-me que lhe diga, correspondeu a um acto voluntário da Câmara Municipal! Porquê? Porque a lei não obriga, não estipula qualquer valor para a indemnização. A Empresa veio, essa sim, pedir 92 mil 730 euros de indemnização, mais 10 mil 955 de juros pagos pela obtenção e manutenção da garantia. Até aqui, dava de barato que lhe pagassem os 10 mil euros, pagos pela obtenção da garantia bancária. Agora os 92 mil euros, não são de lei. Os 92 mil euros foi o número que ele veio pedir. A Câmara atirou com 80, porque é que não atirou com 20, ou 30 ou 40? Porque é que atirou com 80? Para ir ao encontro dos 90 mil euros?

- Ciclovia - O Senhor candidatou e orçamentou uma obra para fazer, como se costuma dizer, “filhos em mulheres alheias”;

- Valor da dívida - Volta aqui a dizer que o valor total da dívida são 122 milhões 626 mil euros. É falso, Senhor Presidente. O valor da dívida, que aliás está nos documentos que o Senhor nos mandou, é de 54 milhões;

- PARKURBIS – procedeu à leitura de um documento onde, a Empresa Marca Líquida Produções, Lda. (antiga Lobby Produções), refere a falta de comunicação da Nova Administração do PARKURBIS com as empresas e a “gigantesca” falta de segurança, que a manter-se levará a que abandone o edifício e que outras Empresas os seguiam.

“Era aqui que o Senhor devia centrar grande parte da sua intervenção, Senhor Presidente. É no abandono que as empresas e, realmente, a massa produtiva, do nosso Concelho, está a abandonar em detrimento de Concelhos vizinhos”. -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão congratulou-se por, passados apenas 8 meses, poder apreciar as concretizações que, na área social, esta Câmara já conseguiu, nomeadamente através de protocolos e entrega de casas de habitação social.

De seguida, solicitou os seguintes esclarecimentos:

- Barragem das Cortes ou das Penhas da Saúde - o que é que está na base da falta da Barragem, hoje?
- PRODER - Outra questão que também está na ordem do dia é a da devolução de dinheiros por força do não cumprimento dos contratos, relativamente à electrificação de caminhos rurais. Porque é que este dinheiro teve que ser devolvido?
- Parque de S. Miguel - também seria interessante ouvir, de Vossa Excelência, alguma explicação;
- NORLABOR - como é que se concluiu o processo de negociação com a Entidade que construiu os acessos ao Hotel H2O? -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Há pouco tentava introduzir no debate alguns pedidos de esclarecimento, mas neste momento vou intervir sobre algumas posições que vêm aqui a ser tomadas e que têm tendência para fazer acusações que não me parecem devidamente fundamentadas, nem alicerçadas. Refiro-me à questão do pessoal contratado pela Câmara. Há coisas que me custam a acreditar, porque todos os mapas que aqui têm vindo a ser apresentados revelam uma contensão das despesas de pessoal. Isto é conhecido desta Assembleia, os dados foram públicos, foram publicados, foram expostos e foram inclusivamente já aprovados.

É muito fácil falar em todas essas questões de boys, disto, daquilo, daqueloutro. Aquilo que eu não vejo fazer é, primeiro questionarem-se sobre as próprias práticas que assumiram no passado, seja em Câmaras ou Autarquias, seja inclusivamente em outro tipo de Associações pelas quais tiveram a responsabilidade e que muitas vezes conduziram perto da insanidade financeira. E, também, não vejo da parte das pessoas que praticam este tipo de crítica, uma crítica mais fundamentada, que tenha em vista verificar se isto é necessário ou não. Gostaria, também, que o Senhor Presidente fizesse esclarecimento sobre isso, porque provavelmente muitas dessas suspeitas contratações, têm necessidades fundamentadas por detrás e cabe ao Senhor Presidente naturalmente esclarece-las.

Os Centros Cívicos são, hoje, uma peça estratégica em toda a Europa de recuperação das Cidades e de lançamento de projectos em torno do modelo de indústrias criativas, em todo o lado é assim. A iniciativa do Montalto nunca poderá ser vista numa perspectiva saudosista. Aliás, seria um erro fazer do edifício e da recuperação do antigo café Montalto apenas a exaltação de uma memória que corresponde mais ou menos aos anos 50 e 60. É importante que haja edifícios revitalizados, ocupados, que produzam cultura, produzam saber, produzam tertúlias e que não sejam só Montalto. Isto não pode ser visto numa perspectiva rápida economicista, de uma perspectiva meramente da negociata, como se houvesse aqui pessoas que são dotadas de uma espécie de superioridade moral e a todos podem dar lição.

A política tem que ter alguma grandeza moral!

A política tem que ter alguma grandeza de alma!

Não me considero diferente dos outros, mas tínhamos a obrigação de tentar fazer os possíveis para que não entrássemos na crítica pela crítica baseada, apenas, na premissa de que qualquer actividade é má, mesmo quando sabemos que já falhámos no passado”.

--- O Senhor Eng.º Nuno Serra disse ter alguma dificuldade em interpretar alguns pontos da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente:

- Associação Socio Cultural do Rancho Folclórico da Boidobra, não sei se isto está em duplicado ou se são dois subsídios de 1000 euros;

- Protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e a Associação PARKURBIS no valor de 100 mil euros;

- Liberalização dos horários de abertura do comércio, estabelecimentos de venda ao público e prestação de serviços no Concelho, até ao dia 30 de Setembro de 2014. Porque não liberaliza-los de uma vez por todas e deixar à gestão desses estabelecimentos a definição do horário?

- Arrendamento do espaço Montalto - existe algum plano de ocupação e dinâmica para este espaço, que justifique esta decisão?

- Beneficiação da Estrada Municipal 512 - quando é que, efectivamente passamos do papel para o terreno?

- Autorização de cessão da posição contratual do contrato de empreitada de construção do Posto de Turismo da Covilhã, detida pela Empresa Valério e Valério, Lda. a favor da Empresa Virgílio Roque Sociedade de Construção Civil, Lda. a pergunta é: então mas esta obra não era para não avançar? -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira enalteceu a Câmara Municipal por ter respondido ao Requerimento do MAC e disse: “marca, claramente, uma diferença com o Executivo anterior de dignificação desta Assembleia e dignificação da Câmara Municipal, uma vez que era prática recorrente, pelo anterior Executivo, nem uma resposta dava aos Deputados Municipais, quanto mais a Grupos Parlamentares, ou pseudogrupos.

Uma vez que existem Deputados que continuam, paulatinamente, sem perceber a dívida da Autarquia, gostava que o Senhor Presidente nos dissesse se, eventualmente, algumas rubricas das que têm vindo a público, como Parque C, litígios e condenações, da Câmara Municipal em várias Instancias, assim como outras despesas, também foram tidas em conta na acumulação da dívida. Gostaria que, o Senhor Presidente esclarecesse a situação. Assim, como os litígios que a Câmara tem sido, sucessivamente, condenada a pagar por força das posições assumidas pelo Executivo anterior.

E, por último, que esclarecesse esta Assembleia, de quanto é que custará ou custou a Auditoria realizada pela Câmara Municipal e se já nos pode dar alguma luz relativamente a algumas conclusões, ou alguns elementos, que os Covilhanenses e esta Assembleia necessitam de ouvir”. -----

--- O Senhor Francisco Moreira: "Um pedido de esclarecimento à Dra. Maria da Graça Castelo Branco (relativamente ao pedido de esclarecimento que fez aqui ao Senhor Presidente da Câmara). Porque me parece que não foi dada toda a informação, relativamente a esta matéria.

Porque, a confirmar-se que a Senhora Deputada tem a informação toda, eu iria considerar que ela revelou aqui falta de respeito, de ética e oportunismo político. E isto porquê? É que o pedido de agendamento, feito no Órgão Executivo, da matéria relacionada com a isenção das Colectividades, relativamente às taxas, foi subscrito em conjunto. Houve aqui uma atitude colectiva.

Portanto, a não saber tudo isto, eu entendo perfeitamente, por desconhecimento a Senhora Deputada produziu essa intervenção, mas o seu a seu dono. O pedido de agendamento, dessa matéria, foi feito por um colectivo que tem que ser respeitado e não podemos extrair daí qualquer ponta de protagonismo, para publicamente virmos embandeirar.

E, dizer-lhe também, hoje este Órgão vai debater o Regulamento de Taxas e Licenças que já contém um instrumento que permite, ao Executivo, executar essa medida que anunciou.

Depois, queria fazer um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, que me esclarecesse, dado que, no passado dia 18 de Junho, se realizou um *workshop* para análise dos Fundos Comunitários no plano do QREN, nomeadamente e que isto tem repercussões, tem consequências, ou poderá ter consequências, no que respeita ao objectivo Barragem das Cortes, a pergunta que eu lhe queria fazer é: quem é que esteve presente neste Colóquio, quanto custou ao Município e qual o retorno que obtivemos desta iniciativa, que salvo erro teve lugar no Porto?” -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco: “posto que fui directamente questionada sobre esta matéria. Confirmando, efectivamente foi uma proposta apresentada por todos os Vereadores. E, realmente mencionei, isso sim, que tinha sido aprovada por unanimidade. E, aí, acho que fui justa para com todos. Pelo lapso as minhas desculpas”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu todas as questões que lhe foram colocadas e, como algumas eram previsíveis (Barragem das Cortes; Custos com o Pessoal; PRODER; Fundos Comunitários) respondeu através de uma apresentação em PowerPoint, que fica arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “O Senhor não respondeu à maioria das questões que os Deputados Municipais lhe colocaram, hoje. Mas, e porque eu acredito que o Senhor tenha a maior das boas vontades e a maior das seriedades naquilo que nos pretende transmitir, não resisto a pedir-lhe que, com base nas contratações todas de *outsourcing*, que o Senhor Presidente da Câmara vem fazer, opte também pelo critério da competência. Porque, o Senhor Presidente traz-nos aqui dados que, eu não vou dizer que são falseados, mas são incompletos.

Primeiro, está a comparar contratos de *outsourcing* da totalidade do ano de 2014 (do que estava previsto para o ano 2014) com um semestre e fala em 190 mil euros, mas não são 190 mil euros, são 354 mil euros. Os dados estão falseados. Eu tenho aqui um contrato de 81mil 196,68 euros, celebrado em 2 do 6 de 2014 com a Beira Labor, não consta nos dados que o Senhor trouxe. Ora, que eu saiba, Junho faz parte do semestre”. -----

--- O Senhor Eng.º Nuno Serra: “Há pouco, na intervenção que fiz, referia que a Informação Municipal, muitas vezes, não ajuda à nossa interpretação, mas tenho a dizer que o Senhor Presidente fez o trabalho de casa e trouxe aqui objectividade, na sua intervenção. Podemos discutir aqui alguns números, mas todos temos que concordar que o Senhor Presidente da Câmara teve aqui uma boa intervenção.

Há um dado, que apresentou, que me preocupa, que tem que ver com os 700 e tal mil euros do PRODOR. Gastar 700 mil euros do PRODOR para agora termos que devolver!? Eu peço desculpa, mas a Câmara vai ter que nos apresentar, aqui nesta Assembleia, onde é que o dinheiro foi gasto, quem é que o gastou. Porque, isso sim configura um crime de uso do poder e estas coisas mesmo que os alvos sejam pessoas que hoje já não estão nos Órgãos Autárquicos, tiveram responsabilidade e portanto têm que ser responsabilizados por tal. Pedia só que fizesse um esforço e que, de facto, respondesse às questões que nós colocámos, porque na sua intervenção não o fez”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas: Não podemos confundir prestações de serviços com outsourcings, são contratos de natureza diferente. Comparamos despesas com pessoal e verificamos que há uma diminuição, não há aqui qualquer manipulação de números. O Senhor não vai questionar a seriedade e honorabilidade de quem faz as contas na Câmara. Mais, vou-lhe dizer mais, os Revisores Oficiais de Contas foram os mesmos que o meu distinto antecessor contratou, são os mesmos. Eram da confiança dele, são eles que certificam as contas, não sou eu, que não sou especialista em contas;

Um dos meus antecessores, o Senhor Álvaro Ramos, teve um dia uma expressão muito interessante que diz que o dinheiro não tem campainhas e é difícil, de facto, saber onde é que foi gasto esse dinheiro.

Parque do Tortosendo - sendo embora um bonito Parque, que é útil e é interessante, não escamoteamos nunca aquilo que é positivo, a verdade é que, como aqui me foi perguntado, já recebemos as Boas Festas antecipadas. Chegou o acórdão a dizer que temos que pagar 1 milhão e 600 mil euros, números redondos. Uma coisa que podia, porventura, ser resolvida com 300 ou 400 mil euros vamos pagar 1 milhão e seiscentos mil euros;

A NORLABOR foi uma empresa que executou trabalhos na área circundante ao H2O, e intentou uma acção judicial contra a Câmara Municipal da Covilhã onde reclamava a quantia de 400 mil euros de capital que, com juros incluídos, já ia em 600 mil euros. Em Janeiro deste ano recebi, no meu gabinete, o Representante da Empresa e o respectivo advogado, vinham-me a reclamar, como é de Lei, os 400 mil euros de capital mais os 200 mil euros de juros. Fazendo-lhes ver as dificuldades, também em que a Câmara se encontrava e eles também tinham as suas necessidades, consegui que nem o capital recebessem, ou seja negocieei esta dívida por 300 mil euros, poupei ao Município 300 mil euros. Pagámos em três prestações, a última das quais foi em Maio;

Escolas - o Senhor Deputado Paulo Tourais disse que, este Executivo, nestes oito meses de vigência de Mandato fecharam duas Escolas. Elas ainda não fecharam e queremos que não fechem. Já demos instruções, aos nossos advogados para intentar providências cautelares, para que as Escolas do Barco e da Erada não fechem. Mas, eu lembro-me que desde 1999, excluindo estas duas, já fecharam 14 Escolas e 6 Jardins de Infância, no Concelho da Covilhã, já vamos com 20 estabelecimentos de ensino.

O Senhor, com o devido respeito, teve aí um laivo muito grande de arrogância intelectual, afirmou peremptoriamente que nunca fechou nenhuma escola. Veja bem, são 20!

Estamos muito preocupados, já reuni com os Pais e Familiares das Crianças que frequentam essas escolas.

Quero salientar o papel dos Senhores Presidentes de Junta nesta luta, que foi absolutamente decisivo o trabalho que eles tiveram, dos Senhores Vereadores, do Senhor Vereador do Pelouro que, incansavelmente foi a Coimbra, as vezes que foram necessárias, acompanhado dos técnicos do Município para tratar deste assunto. Portanto estamos a fazer o que podemos;

Saúde - fui recebido pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde que me disse que, a rede materno infantil e a rede de urgência, não estão abrangidas pela Portaria. Admitiu que existiam dúvidas interpretativas, a intenção do Ministério da Saúde não foi o de abranger as redes materno infantil e a rede de urgência. Disse-me que já existirá um despacho do Senhor Ministro da Saúde para aclarar estas dúvidas interpretativas. Transmiti-lhe qual é que é a minha posição, a posição do Município da Covilhã, relativamente ao problema da rede hospitalar na nossa Região, que já defendemos há muitos anos a criação de um Centro Hospitalar da Beira Interior, onde naturalmente estão incluídas as Unidades Locais de Saúde da Guarda e de Castelo Branco, com respeito pelas respectivas autonomias.

O Senhor Secretário de Estado disse-me: as Unidades Locais de Saúde, de Guarda e Castelo Branco e o Centro Hospitalar da Cova da Beira, devem protocolar entre si a oferta Hospitalar da Região; os Cuidados Primários Hospitalares devem trabalhar articuladamente a carteira de serviços, que está no plano estratégico, que está a ser trabalhada, não implica nenhum corte de valências.

Coloquei-lhe a questão da Faculdade de Ciências Médicas, fiz-lhe ver da importância que ela tem para a nossa Cidade, para o nosso Concelho e para a Região, nem me deixou terminar o raciocínio disse logo: Oh Senhor Presidente, nós precisamos dos médicos que são formados na Faculdade de Medicina da UBI, precisamos deles. Andamos a contratar médicos que vêm do estrangeiro, precisamos é que os que ali são formados venham enriquecer os nossos Hospitais;

Montalto – dir-me-ão que a renda não é uma questão menor e, não é! Estamos numa altura em que todos os centimos contam e temos que ser muito rigorosos na gestão dos dinheiros públicos.

A verdade é que é uma mais-valia e a questão financeira, aqui, pode ser relegada para segundo plano. Porque se nós concessionarmos aquele espaço, como estamos a pensar fazer, a renda paga-se por si e a Câmara deixa de ter uma despesa, deixa de ter um encargo. E temos gente a frequentar o Centro da Cidade, injectamos dinheiro na Economia Local e são mais uns postos de trabalho que se criam;

PARKURBIS - não temos nenhuma vontade que as Empresas deixem a Covilhã, queremos é que as Empresas fiquem na Covilhã e venham para a Covilhã.

Estava a ser efectuada vídeo vigilância, no PARKURBIS, ilegalmente. Sendo ilegal (porque é crime, o que lá se estava a fazer é criminoso, é o Código Penal e as Leis atinentes ao caso o dizem), quem administra o PARKURBIS limitou-se a cumprir a Lei, desligar a vídeo vigilância. Talvez as pessoas, por esse facto, tenham tido uma sensação de menor segurança naquele espaço.

Houve um desfasamento entre a comunicação, porque a nova administração tomou posse num dia, dois dias depois, ou três dias depois, enviou uma missiva a solicitar reunião com todas as Entidades, com todas as Empresas ali presentes, só que este *e-mail* foi expedido para a Administração antes da carta lá ter chegado, isso é factual,

O que se pretende é que as pessoas se sintam bem ali, se sintam seguras;

Porque estamos a falar de PARKURBIS, esta verba destina-se, obviamente, ao reequilíbrio financeiro. Como sabem a Lei do sector Municipal Local, a Lei 50/2012, impõe o reequilíbrio das contas, caso contrário dissolvem-se as Sociedades, neste caso, as Empresas Municipais que tiverem, 3 anos consecutivos, desequilíbrio financeiro e foi para colmatar, exactamente, essa brecha;

KPMG - que está a fazer a auditoria às contas da Câmara, não está a facturar todos os meses. É um contrato com toda a objectividade, houve uma adjudicação. E, vejam lá que essa adjudicação são 68 mil euros mais IVA, mas tanto se paga se a auditoria durar 10 meses como se durar 10 anos, o preço é único;

Estrada 512 - O Senhor Eng.º Jorge Vieira, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara informou que está a decorrer o concurso público e a data limite para entrega de propostas é no dia 21, do corrente mês. Foram recebidos pedidos de esclarecimento, por parte dos potenciais concorrentes, aos quais os Serviços responderam. Enquanto não decorrer o prazo limite para a entrega de propostas o processo está a aguardar desenvolvimento;

Infantários – reuni com o Senhor Director Melo Bernardo, da Segurança Social do Distrito de Castelo Branco, que me transmitiu a ideia de que a intenção do Governo (e ele, enfim, como do ponto de vista hierárquico se limita a receber instruções hierárquicas) é no sentido de conceder a gestão a Entidades Privadas, ou neste caso à Santa Casa da Misericórdia. Fiz-lhe notar que o entendimento da Câmara Municipal da Covilhã é que estes dois Infantários, quer o do Teixoso quer o da Bolinha de Neve, se devem manter na Rede Pública de Ensino. Somos contra a retirada destes estabelecimentos de ensino da rede pública e também tudo faremos no sentido de esclarecer esta questão. Tanto quanto me foi adiantado, não há uma decisão definitiva, há um projecto, há um trabalho, a questão está a ser tratada. Portanto, vamos acompanhar com a maior proximidade, atenção e zelo possível, no sentido de evitar que se venha a consumir esta intenção governativa;

Posto de Turismo – esta obra, que já foi iniciada, tem participação de fundos comunitários que não podemos mal baratar, nem desperdiçar e vai ser utilizada, também, para fins turísticos. No fundo, será um complemento ao Posto de Turismo. O nosso Posto de Turismo, à semelhança do que acontece com outros, vai ficar no Centro da Cidade, estamos a trabalhar para que fique no Centro da Cidade.

Não há Regiões de Turismo da Covilhã, nem da Guarda. Há a Região de Turismo do Centro, porque engloba toda a Região Centro. E, em cada Cidade que o queira e que o Turismo do Centro queira apoiar, existe um Posto de Turismo.

Desde o início de funções deste Executivo, que o Senhor Presidente do Turismo do Centro me transmitiu que a Covilhã é a maior porta de entrada para a Serra da Estrela, que é a mais importante das Cidades, do ponto de vista Turístico da Região Centro. E que terá a participação, por parte do Turismo do Centro, ser-lhe-á dado igual estatuto ao que tem a Guarda, ao que tem Viseu, ou outra qualquer Cidade onde está colocado um Posto de Turismo;

Água - é verdade que prometi envidar todos os esforços para que, durante a Primavera, se baixasse o preço da água. O que é que apenas consegui? Que ela não fosse aumentada em 0,8%.

A verdade é esta: há cerca de dois anos, que se devia ter actualizado, harmonizado, os Estatutos da Águas da Covilhã com a Lei e dois anos e tal decorridos não estavam feitos. Nós, não podemos rever o contrato, nem mexer em questões cruciais e nevrálgicas, sem termos harmonizado aquilo que é elementar, que as actas estejam feitas e que os Estatutos estejam actualizados.

É verdade que os Japoneses, do Grupo Marubeni, adquiriram a posição da AGS. Ou seja, deixámos de ter como parceiros a AGS Hidurbe, para termos a Marubeni que é um dos maiores Grupos Mundiais (para terem uma ideia, tem um volume de negócios superior ao PIB de Portugal). Portanto pode ser bom, pode ser que nos calhe alguma Empresa, desse Grupo, aqui no Concelho da Covilhã e tudo faremos também para isso. -----

## 2.2 – REGULAMENTO E TABELAS DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Julho de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com o disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3089 de 2014.07.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Prof. Reis Silva pediu esclarecimentos acerca do que vão aprovar, porque concorda com a introdução das isenções, mas não com o Regulamento no seu todo; o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o que está para aprovação é o Regulamento na sua globalidade.--

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento e Tabelas de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria com 39 votos a favor (PS, Acreditar e PSD) e 3 votos contra (PCP)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- O Senhor Prof. Reis Silva: “Era pertinente a questão que colocámos desde início (se era só a questão da introdução desses dois pontos no regulamento). Nós é evidente concordamos com os dois artigos, mas o regulamento na sua totalidade pressupõe também a aprovação da própria tabela, porque é um elemento anexo ao próprio regulamento. E existem, como sabem, e encontra-se em acta do dia 20 de Dezembro a nossa discordância profunda quanto aos valores praticados na tabela de taxas, nomeadamente quanto a alguns serviços da Câmara Municipal e principalmente à dis-

criminação positiva que não é feita às crianças no Concelho da Covilhã para terem acesso aos equipamentos desportivos.” -----

**2.3 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS:  
BARCO E COUTADA; COVILHÃ E CANHOSO; CANTAR GALO E VILA DO  
CARVALHO; ORJAIS; PAUL; PERABOA; TORTOSENDO; UNHAIS DA SERRA;  
S. JORGE DA BEIRA E ALDEIA DE S. FRANCISCO DE ASSIS**

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 23 de Maio e 06 de Junho de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.º 2647 de 2014.05.29 e 2796 de 2014.06.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocadas as propostas da Câmara Municipal à votação – **Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias: Barco e Coutada; Covilhã e Canhoso; Cantar Galo e Vila do Carvalho; Orjais; Paul; Peraboa; Tortosendo; Unhais da Serra; S. Jorge da Beira e Aldeia de S. Francisco de Assis** - foram as mesmas **aprovadas por unanimidade**. -----

**2.4 - ADESÃO AO CIEBI – CENTRO DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL DA BEIRA  
INTERIOR – BIC DA BEIRA INTERIOR**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Junho de 2014, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 2795 de 2014.06.11 e seus anexos. ----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

**2.5 - REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que a Comissão, nomeada para o efeito, elaborou a Proposta de Regimento, enviada a todos os Senhores Deputados, e encarregou a Senhora Deputada Catarina Mendes para apresentação da mesma. -----

--- A Senhora Eng.<sup>a</sup> Catarina Mendes fez uma síntese daquilo que foram os objectivos e os pressupostos, da Comissão, e das principais alterações ao Regimento (**doc.15**). -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores Deputados Municipais: Eng.<sup>o</sup> José Miguel Oliveira e Eng.<sup>o</sup> Nuno Serra que se congratularam pelo trabalho realizado pela Comissão e pela celeridade com que o processo foi tratado. -----

--- Colocada a Proposta de **Regimento Interno** à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- A Senhora D. Maria da Cruz Marques, da Direcção Distrital de Castelo Branco do Sindicato dos Professores da Região Centro, solicitou em defesa do serviço público, a intervenção da Câmara Municipal para junto do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social recomendar a inversão do processo de privatização dos Infantários Bolinha de Neve e o Meu Cantinho. Solicitou, também, informações sobre as iniciativas tomadas, ou em curso, pela Câmara Municipal (**doc.16**). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou a Senhora D. Maria da Cruz de que já falou com o Senhor Director Distrital da Segurança Social, Dr. Melo Bernardo, que lhe disse estar a acatar ordens superiores.

E, informou que o que existe é um Protocolo de intenções, entre a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã e a Segurança Social, não estando ainda concretizado. E, assim sendo “não podemos baixar os braços e vamos lutar pela defesa das Crianças, porque aí, nos Vossos Estabelecimentos de Ensino, é ministrado ensino de grande qualidade, com grande carinho, com grande dedicação e com grande enlevo.

Iremos defender os Vossos interesses junto do Ministério da Solidariedade Social e onde quer que seja!

Estamos irmanados no espírito de que se deve manter na Rede Pública de Ensino, a Bolinha de Neve, o Meu Cantinho e o vosso vínculo laboral público.

Contarão com o nosso trabalho e com o nosso empenho.

Os dois Órgãos, Câmara e Assembleia Municipal, estão em sintonia e só temos que dar as mãos e lutar em conjunto, com vocês, nesse sentido”. -----

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,